

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**LARISSA FELIPE COSTA**

**PRÁTICAS DOCENTES EM TURMAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
NA ESCOLA JOÃO MONTEIRO DA FRANCA**

**JOÃO PESSOA**

**2025**

LARISSA FELIPE COSTA

**PRÁTICAS DOCENTES EM TURMAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
NA ESCOLA JOÃO MONTEIRO DA FRANCA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado a Coordenação do Curso  
de Pedagogia da Universidade Federal  
da Paraíba como requisito  
complementar para obtenção do título  
de Licenciatura em Pedagogia, sob  
orientação do professor Dr. Vanderlan  
Paulo de Oliveira Pereira

**JOÃO PESSOA**

**2025**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

C837p Costa, Larissa Felipe.

Práticas docentes em turmas de educação de jovens e adultos na Escola João Monteiro da Franca / Larissa Felipe Costa. - João Pessoa, 2025.

41 f.

Orientação: Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Formação de professores. 3. Sujeitos da EJA. I. Pereira, Vanderlan Paulo de Oliveira. II. Título.

UFPB/CE

CDU 374.7 (043.2)

**LARISSA FELIPE COSTA**

**PRÁTICAS DOCENTES EM TURMAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
NA ESCOLA JOÃO MONTEIRO DA FRANCA**

Trabalho de conclusão de curso submetido à Banca Examinadora designada pelo Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **VANDERLAN PAULO DE OLIVEIRA PEREIRA**  
Data: 13/05/2025 20:53:33-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof Dr. Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira (DME-UFPB) – Orientador

---

Prof Dr. José Vaz Magalhães Neto (DME- UFPB) - Examinador

---

Prof Me. Luciano de Sousa Silva (DME-UFPB) - Examinador

Dedico este trabalho a minha mãe Maria José e minha filha Ana Jullya, pois me deram a força necessária para prosseguir em minha trajetória da graduação.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela oportunidade de cursar a minha primeira graduação, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho. A minha mãe Maria José Felipe Costa, que me educou com excelência e me motivou a lutar pelos meus sonhos. A minha filha Ana Jullya do Nascimento Costa, que me inspira a ser alguém melhor sempre. Ao meu orientador, Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira, meu eterno agradecimento pelos ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso. Agradeço também, as pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, desde amigos a professores, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica.

“Me movo como educador, porque,  
primeiro, me movo como gente”.

Paulo Freire, 1996.

## RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel crucial na democratização do acesso à educação, oferecendo oportunidades para aqueles que, por diversos fatores, não iniciaram seus estudos ou não concluíram sua escolarização no tempo regular. Estudar sobre as vivências de docentes da EJA é essencial para compreender seus desafios, aprimorar práticas pedagógicas e garantir sua efetividade como modalidade educacional inclusiva e transformadora. Este trabalho tem como objetivo identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores dessa modalidade em salas de aula, na Escola Municipal João Monteiro da Franca. O presente estudo analisa as vivências e enfrentamentos desses professores diante das salas de aula de EJA. Para tanto, utilizou-se a metodologia da História Oral como meio de valorização das narrativas como fonte de conhecimento, estando situada no campo da pesquisa qualitativa. A presente pesquisa também se utilizou de fontes documentais, tomando como respaldo teórico as ideias de Paulo Freire e seus sucessores Arroyo, Bernardino, Brandão e Gadotti. Este trabalho evidenciou os desafios e reflexões que permeiam a docência no contexto da Educação de Jovens e Adultos, com destaque para a necessidade de estratégias pedagógicas adaptadas às realidades desses alunos e para a formação continuada dos professores. As práticas educativas analisadas demonstraram o potencial transformador da EJA, mas também expuseram limitações estruturais e metodológicas que precisam ser superadas para assegurar um ensino mais inclusivo e eficaz.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; Formação de professores; Sujeitos da EJA.

## ABSTRACT

Youth and Adult Education (EJA) plays a crucial role in democratizing access to education, offering opportunities to those who, for various reasons, did not begin their studies or did not complete their schooling in the regular time. Studying the experiences of EJA teachers is essential to understand their challenges, improve pedagogical practices and ensure their effectiveness as an inclusive and transformative educational modality. This work aims to identify the main difficulties faced by teachers of this modality in classrooms at the João Monteiro da Franca Municipal School. The present study analyzes the experiences and confrontations of these teachers in EJA classrooms. To this end, the Oral History methodology was used as a means of valuing narratives as a source of knowledge, being situated in the field of qualitative research. This research also used documentary sources, taking as theoretical support the ideas of Paulo Freire and his successors Arroyo, Bernardino, Brandão and Gadotti. This work highlighted the challenges and reflections that surround teaching in the context of Youth and Adult Education (YAE), emphasizing the need for pedagogical strategies tailored to the realities of these students and the ongoing professional development of teachers. The analyzed educational practices demonstrated the transformative potential of YAE but also revealed structural and methodological limitations that must be overcome to ensure a more inclusive and effective education.

**Keywords:** Education of Young and Adult Learners (EJA); Teacher Training; EJA Participants.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CEEA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

CEPLAR – Campanha de Educação Popular da Paraíba

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CEB – Câmara de Educação Básica

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNER – Campanha Nacional de Educação Rural

CPC – Centro Popular de Cultura

DCNEJA – Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA

EDUCAR - Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional

MCP – Movimento de Cultura Popular

MEB – Movimento de Educação de Base

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

PNA – Programa Nacional de Alfabetização

PNE – Plano Nacional da Educação

ONU – Organização das Nações Unidas

SEA – Serviço de Educação de Adultos

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

|                                                                                                                       |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                            | <b>11</b> |
| <b>2. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA HISTÓRIA DO BRASIL .....</b>                                                  | <b>14</b> |
| <b>2.1 As primeiras iniciativas .....</b>                                                                             | <b>14</b> |
| <b>2.2 O surgimento da República e a Educação de Jovens e Adultos</b><br>.....                                        | <b>17</b> |
| <b>2.3 A Educação de Jovens e Adultos no contexto da Era Vargas e do</b><br><b>desenvolvimentismo no Brasil .....</b> | <b>18</b> |
| <b>2.4 A Educação de Jovens e Adultos e a pedagogia freiriana</b><br>.....                                            | <b>20</b> |
| <b>2.5 A Educação de Jovens e Adultos em contexto de Ditadura Militar (1964-</b><br><b>1985) .....</b>                | <b>23</b> |
| <b>2.6 A EJA como modalidade de ensino .....</b>                                                                      | <b>24</b> |
| <b>3. FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EJA .....</b>                                                                      | <b>27</b> |
| <b>4. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO</b><br><b>MONTEIRO DA FRANCA .....</b>                  | <b>31</b> |
| <b>4.1 Um olhar reflexivo sobre as experiências docentes em EJA .....</b>                                             | <b>31</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                      | <b>38</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                               | <b>40</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>                                                                                                   | <b>42</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) sofre com a falta de políticas públicas consistentes e efetivas voltadas a essa modalidade de ensino no nosso país. Tal problema ocasionou uma série de desafios que impactaram o acesso e a qualidade de ensino ofertada a este público. Dentre os desafios e problemas enfrentados pela EJA, podemos citar a baixa oferta de vagas, infraestrutura inadequada, descontinuidade de programas e projetos e a formação adequada para professores.

Instituída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/1996), a EJA pretende desempenhar as funções de reparação, equalização e qualificação. Esta modalidade de ensino surgiu como uma resposta à necessidade de inclusão educacional de jovens e adultos que, por razões sociais, econômicas ou culturais, não tiveram acesso à escolarização na idade regular ou não concluíram seus estudos. A EJA tem o papel de reparar as lacunas educacionais ocasionadas devido à falta de oportunidades de ingresso e permanência dos estudantes que, em sua maioria, são trabalhadores que após a jornada de trabalho buscam no ensino noturno alcançar o pleno desenvolvimento e exercer a cidadania de forma efetiva.

Nesse contexto, os professores da EJA desempenham um papel desafiador, mas muito importante para a construção da aprendizagem dos alunos, uma vez que os alunos se encontram em níveis diferentes de aprendizado e carregam consigo uma grande bagagem de experiências de vida. É necessário desenvolver práticas pedagógicas que englobem o cotidiano e as vivências dos alunos, tendo em vista que a metodologia de ensino desenvolvida pelo professor é o fator mais relevante na efetividade do processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, é fundamental uma formação específica para os professores que irão atuar na EJA, em função da diversidade de sujeitos que essa modalidade atende.

Partindo disso, qual a importância de uma formação específica para esses docentes? E quais as maiores dificuldades enfrentadas pelo professor que atua na EJA? A fim de responder a problemática do estudo, a pesquisa investigou a realidade da Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal João Monteiro da Franca, situada na cidade de João Pessoa - PB.

Esses questionamentos foram transformados nos objetivos que orientaram a elaboração deste trabalho. Portanto, o objetivo geral é de analisar os enfrentamentos dos professores da referida escola, levando em conta que os sujeitos que compõem a EJA formam um público heterogêneo e com trajetórias de vida e educacionais distintas. Isto exige do professor habilidades e competências específicas para lidar com a diversidade desse público, utilizando-se da articulação das necessidades específicas desses sujeitos ao currículo e, demanda da escola adaptações no ambiente escolar, disponibilização de materiais didáticos que atendam as necessidades desse público e flexibilização nas políticas institucionais.

Quanto à forma de abordagem, o estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, com o objetivo de compreender os significados atribuídos pelos indivíduos entrevistados às suas experiências educacionais. De acordo com Silva e Menezes (2005, p.20), a pesquisa qualitativa “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

Inicialmente, será realizado um levantamento bibliográfico e documental para percorrer sobre a trajetória da Educação dos Jovens e Adultos no Brasil desde as primeiras iniciativas ainda no período colonial, posteriormente, será tratado sobre a formação de professores que atuam na EJA. Para tal, tomamos como referência autores que discutem a temática, como Paulo Freire, Arroyo, Bernadino, Brandão e Gadotti. Para isso, utilizaremos como fonte livros, artigos, textos bibliográficos e documentos oficiais vigentes, LDB, CNE entre outros.

A pesquisa utilizará a História Oral como metodologia, pois dessa forma permite uma compreensão mais profunda e detalhada das experiências compartilhadas pelos entrevistados. Ao utilizar-se dessa metodologia, é possível acessar informações que muitas vezes não são capturadas por fontes tradicionais. Portanto, essa pesquisa contará com relatos colhidos a partir de duas entrevistas a professores que trabalham na instituição, trazendo suas reflexões e experiências sobre o trabalho docente com o público da EJA. Ainda sobre a História Oral, Ferreira e Amado (2006, p. 14) diz que,

O uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não têm como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de

movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas; essa característica permitiu inclusive que uma vertente da história oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos.

Para a elaboração deste estudo, utilizaremos a pesquisa descritiva e as entrevistas feitas aos professores com um roteiro previamente estabelecido serão o instrumento de coleta. A escolha da pesquisa descritiva se deu porque “as pesquisas desse tipo têm como primordial a descrição de características de determinada população ou fenômeno” (Gil, 2008, p. 27).

A pesquisa em sua primeira sessão iremos abordar a trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, posteriormente, a sessão 2 iremos focar na formação de professores. Por fim, na sessão 3 faremos a análise dos dados provenientes da pesquisa descritiva desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Fundamental João Monteiro da Franca, situada na cidade de João Pessoa – PB.

## 2. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA HISTÓRIA DO BRASIL

A modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi instituída legalmente no Brasil como modalidade de ensino, fundamental e médio, em 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n.º 9.394/1996. No entanto, ainda enfrenta grandes desafios, como a evasão escolar que pode ser ocasionada por diversos fatores, dentre eles: a desigualdade social; a qualidade do ensino ofertado, nas diferentes áreas do conhecimento; a formação adequada de professores.

Para compreender os diferentes problemas que perpassam tal modalidade, é necessário conhecer o percurso da EJA desde o período colonial até sua configuração atual.

### 2.1 As primeiras iniciativas

Os primeiros vestígios de prática educativa voltada para o ensino de jovens e adultos no Brasil, são relatadas pela história a partir do Período Colonial. Os jesuítas, desde 1549, se empenhavam em catequizar os povos que originariamente habitavam este território, ou seja, doutrinavam os nativos segundo a tradição cristã, dando-lhes acesso ao que consideravam como “cultura civilizada”. Para tanto, também ensinavam a língua portuguesa e boas maneiras. A catequização dos nativos, teve como principal finalidade facilitar a dominação da terra, buscando atingir aspectos doutrinários, com visão religiosa; econômicos e políticos. As escolas jesuítas eram regulamentadas por um documento, o *Ratio Studiorum*, que reunia uma coletânea de regras e prescrições práticas minuciosas que deveriam ser seguidas pelos padres jesuítas.

Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, um novo sistema educacional foi implantado, em que cada aula era autônoma e não havia a articulação entre as aulas. Apenas com a chegada da família real ao Brasil, em 1808, foram criadas escolas, no entanto, estas eram destinadas exclusivamente às elites.

Em 1824 foi promulgada a primeira Constituição, estabelecida após a Independência do Brasil. Nela havia uma referência à educação apenas em seu último parágrafo, ao garantir “A Instrução primaria e gratuita a todos os cidadãos” (Art. 179, XXXII), no entanto, a maior parte da população não tinha acesso a tal ensino. Somente a elite foi beneficiada, já que o direito à educação era previsto apenas para os

cidadãos que, de acordo com o contexto da época, excluía parte da população dos brasileiros. Isto é, a garantia legal não foi suficiente para promover o atendimento aos sujeitos que buscavam tal educação. Mesmo assegurando o direito à educação a todos os cidadãos, a CONSTITUIÇÃO DE 1824 não conseguiu diminuir os índices de analfabetismo, pois ao final do império ainda havia mais de 82,3% entre os que tinham cinco anos ou mais no país (Haddad; Di Pierro, 2000).

Sendo assim, em 15 de outubro de 1827, foi sancionada por Dom Pedro I, a Lei Geral, a primeira lei educacional do Brasil. Nela previa a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Determinava, porém, que meninos e meninas estudassem separados e que deveriam ter currículos diferentes, ficando a cargo dos professores ensinar, para os meninos, a leitura, a escrita, as quatro operações de cálculo, números decimais, frações, proporções e geometria. As meninas, por outro lado, tinham um currículo voltado para a leitura, a escrita e, em matemática, apenas o estudo das quatro operações básicas. As escolas femininas, também deviam oferecer aulas de prendas domésticas, como corte, costura e bordado. Em geral, as escolas utilizavam o método de ensino mútuo, intitulado de Método Lancaster, na qual, se baseava no aproveitamento dos alunos mais adiantados como monitores dos professores.

Durante 1831 a 1836, o Ministro do Império Lino Coutinho foi autor de relatórios que explicitavam os resultados da Lei Geral de 1827. Neles, Lino Coutinho relatava a precariedade do ensino ofertado e que esta era de responsabilidade das municipalidades, devido a ineficiente administração e fiscalização. No entanto, deixava claro que o poder público se ausentou de seus deveres, pois não fornecia os livros didáticos necessários e nem providia espaços com condições adequadas às práticas educacionais. Destacava também, a dificuldade em contratar profissionais que estivessem dentro dos padrões exigidos pela lei, e àqueles que eram empregados, sofriam com o baixo salário.

Acerca do Método Lancaster, esse foi reconhecido como de grande proveito para a economia, uma vez que os monitores, como eram chamados, não recebiam remuneração, e tão pouco precisavam de uma formação específica para sua atuação, bastando uma breve instrução de como repassar os ensinamentos aos demais.

Em 1834, acontece o Ato Adicional que, reformula a constituição federal de 1824, descentralizando o poder político. Com isso, em 1835, é criada a primeira escola normal brasileira em Niterói, Rio de Janeiro. Nos anos seguintes, foram criadas mais escolas normais em outras cidades brasileiras. O Curso Normal tinha como objetivo, a formação de professores para atuarem no magistério.

Apesar dos esforços, a educação continuou sendo acessível apenas para uma pequena parcela da população. Como se vê,

Essa distância entre o proclamado e o realizado foi agravada por outros fatores. Em primeiro lugar, porque, no período do Império, só possuía cidadania uma pequena parcela da população pertencente à elite econômica à qual se admitia administrar a educação primária como direito, do qual ficavam excluídos negros, indígenas e grande parte das mulheres. Em segundo, porque o Ato Adicional de 1834, ao delegar a responsabilidade por essa educação básica às Províncias, reservou ao governo imperial os direitos sobre a educação das elites, praticamente delegando à instância administrativa com menores recursos o papel de educar a maioria mais carente (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 109).

Em 1854, acontece a reforma do ensino primário e secundário, público e privado, da Corte, operado por Couto Ferraz por meio do Decreto nº 1331-A. Em vista disso, àquelas escolas que tivessem mais de um professor, poderiam ofertar o ensino primário e noturno para trabalhadores pobres analfabetos, que não tinham como frequentar a escola em período diurno devido a carga horária de trabalho. Sendo assim:

Quando uma escola do segundo grau tiver dois professores, serão estes obrigados, alternadamente, por mês ou por ano, a ensinar as matérias da instrução primária duas vezes por semana, nas horas que lhes ficarem livres, ainda que seja em domingos e dias santos, aos adultos que para esse fim se lhes apresentarem (Brasil, 1854, Art. 71).

Este decreto visava alfabetizar os adultos analfabetos, já que naquele período acontecia o crescimento econômico e, com isso, havia a necessidade de trabalhadores mais preparados. No entanto, não contemplava os escravizados.

Já em 1879, o ministro Carlos Leôncio da Silva Carvalho, por meio do Decreto nº 7.247, reformula o Ensino Primário, Secundário e Superior. Desta vez, previa a

criação de cursos voltados para a alfabetização de homens adultos, sejam eles livres ou escravizados.

A Lei Saraiva, que foi aprovada em 1881, reformou a legislação eleitoral, introduzindo o voto direto no Brasil. Esta foi uma resposta a uma demanda da população brasileira daquela época, que estava descontente com os rumos do império. Contudo, esta lei, proibia o voto do analfabeto, ou seja, aqueles que não soubessem ler e escrever, não participavam das decisões políticas. Essa decisão resultou na exclusão dos analfabetos a vida política por mais de um século.

Ferraro (2004) destaca que o analfabetismo emergiu então como “[...] problema vinculado a uma das quatro questões que agitaram o final do Império, sinalizando e aprofundando o seu declínio e apressando o advento da República: a questão religiosa, a militar, a escravista e a eleitoral” (p.113). É importante salientar que, naquela época, a maior parte da população era composta por pessoas analfabetas. Sendo assim, ao final do Brasil Império, o país ainda contava com 85,21% iletrados na população total, de acordo com o Censo.

Diante do exposto, pode-se afirmar que as reformas educacionais foram instituídas para combater o analfabetismo, já que o sujeito analfabeto era tido como vergonha nacional. No entanto, a educação continuava nas mãos da minoria, distinguindo as elites das camadas mais populares. Alguns avanços se deram graças aos esforços de algumas províncias, porém, a educação voltada a camada mais popular se deu pela necessidade da manutenção da força de trabalho.

## **2.2 O surgimento da República e a Educação de Jovens e Adultos**

O período da Primeira República (1889-1930), foi marcado pelas primeiras tentativas de se pensar a Educação. Apesar da educação continuar sendo extremamente excludente, e as oportunidades para jovens e adultos serem escassas, restritas e ineficazes para atender às necessidades de uma população que, em sua maioria, era analfabeta. Durante este período, várias reformas educacionais foram promovidas. Essas iniciativas demonstravam a preocupação política com os rumos da educação e da sociedade, já que buscavam atingir a modernidade. “Porém, tais

preocupações pouco efeito prático produziram, uma vez que não havia dotação orçamentária que pudesse garantir que as propostas legais resultassem numa ação eficaz” (Haddad; Di Pierro, 2000, p.109-110).

Diante deste cenário social, algumas iniciativas surgiram por meio de grupos religiosos, filantrópicos ou movimentos sociais, que reivindicavam a abertura de novas escolas, a oferta da educação pública e a alfabetização das classes populares. Esses movimentos resultaram na abertura de novas instituições de ensino primárias, que mesmo que precárias, tinha como objetivo atender a classe trabalhadora.

Algumas escolas modernistas fundadas por anarquistas e movimentos sociais ofertavam cursos de alfabetização e formação profissional para os trabalhadores, tomando como norte as ideias defendidas por Francisco Ferrer y Guardi em torno da pedagogia libertária, na qual defendia uma educação baseada na liberdade, na igualdade e na autonomia dos educandos, em oposição ao modelo tradicional, autoritário e religioso que predominava na época.

Em 1915, durante uma reunião no Clube Militar, foi instalada a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, que tinha como lema “Combater o analfabetismo é dever de honra de todo brasileiro”. Diante disso, a Liga promoveu campanhas de conscientização sobre a gravidade do analfabetismo no Brasil e como isso estava relacionado a exclusão social e política. As campanhas estavam voltadas para a superação do analfabetismo e a formação de cidadãos. A Liga Brasileira Contra o Analfabetismo mobilizou a população, conseguiu o apoio da imprensa e das instituições religiosas, e pressionava o Estado por medidas concretas que visassem combater o analfabetismo, resultando na criação de novas escolas. Suas atividades foram encerradas em 1940, quando Getúlio Vargas decretou a obrigatoriedade do ensino primário.

### **2.3 A Educação de Jovens e Adultos no contexto da Era Vargas e do desenvolvimentismo no Brasil**

Durante a Era Vargas (1930-1945), o Brasil foi marcado por uma intensa busca pela modernização. O país tinha uma economia predominantemente agrária e exportadora, que com o processo de modernização visava transformar em uma

economia industrializada, urbanizada e capaz de exercer maior influência no cenário internacional. Nesse contexto, a educação passou por transformações influenciadas pela centralização do poder e pelo contexto de modernização econômica e social do país. Getúlio Vargas viu na educação uma maneira de construir um Estado forte, e assim, consolidar uma identidade nacional. Com isso, foi dada ênfase no ensino técnico e profissionalizante visando a formação de mão de obra qualificada para o setor industrial, além de, utilizar-se da educação para disseminar ideais de civismo e patriotismo, alinhados aos interesses do governo.

A educação de Jovens e Adultos, pela primeira vez, foi reconhecida e estabelecida como uma questão de política nacional. No entanto, estava longe de ser pensada através de um viés alfabetizador e emancipatório, à vista com a chegada do capitalismo industrial no Brasil, o interesse do governo era alfabetizar a classe dos trabalhadores com o intuito de atenderem ao desenvolvimento no processo de industrialização. “Essa inflexão no pensamento político-pedagógico ao final da Primeira República está associada aos processos de mudança social inerentes ao início da industrialização e à aceleração da urbanização no Brasil” (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 110).

Ainda em 1930, o governo Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, que pretendia unir educação e saúde, visto que essas duas áreas estavam interligadas. Portanto, melhorando a saúde, o acesso e o desempenho no aspecto educacional também seriam afetados de forma positiva. Em 1932, foi publicado o “Manifesto dos Pioneiros”, documento que causou grande debate em torno da reformulação do sistema de educação brasileiro, pois defendia o ensino laico, gratuito e obrigatório. Dois anos adiante, a Constituição Brasileira de 1934 cria o Plano Nacional da Educação (PNE), como forma de modernizar e organizar a educação no Brasil. A partir disso, o ensino primário integral, é estabelecido como gratuito e de frequência obrigatória. A criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), em 1938, destacou em seus estudos, a necessidade de um fundo nacional com recursos destinados ao financiamento da Educação Primária e inclusão do Ensino Supletivo para adolescentes e adultos analfabetos.

No entanto, a educação ainda era fortemente elitista, com o ensino secundário e superior acessíveis principalmente às classes mais altas. A educação, que era vista como meio para a modernização, não conseguia se expandir para toda a população,

havendo uma desigualdade regional, na qual a maioria das escolas estavam localizadas nas áreas urbanas do Sudeste, sendo prejudicados os cidadãos das áreas rurais e das regiões do Norte e Nordeste.

Com o fim da Era Vargas e a promulgação da Constituição de 1946, o Brasil passa por um processo de redemocratização, na qual a educação passou por algumas mudanças, apesar de algumas das estruturas educacionais criadas no período varguista tenham sido mantidas. A educação deixa de ser usada como ferramenta de controle ideológico, passando a promover um ambiente mais aberto ao debate e ao pensamento crítico e reflexivo nas escolas e universidades. A Constituição de 1946, descentralizou o ensino, que era coordenado anteriormente pelo Ministério da Educação e da Saúde, e passou a atribuir este dever a estados e municípios, além do governo federal, o que ocasionou na expansão de escolas para áreas rurais e menos desenvolvidas.

Em 1945, foram fundadas a Organização das Nações Unidas (ONU) e, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que colocaram em pauta a erradicação do analfabetismo, especialmente entre os adultos, visto que formavam a classe trabalhadora e desempenhavam o papel de desenvolvimento das nações subdesenvolvidas. O Brasil, com interesse em se alinhar as metas propostas, realizou o primeiro Congresso Nacional de Educação de Adultos em 1947, para então, elaborar diretrizes capazes de erradicar o analfabetismo.

Ainda em 1947, foi estabelecido o Serviço de Educação de Adultos (SEA), que tinha como objetivo organizar e orientar práticas que visassem a alfabetização de pessoas que não tiveram acesso à educação na idade estabelecida como adequada para esse processo. Partindo disso, foram criadas campanhas em prol da alfabetização e do aumento da escolarização de jovens e adultos, como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), que tinha como intuito alfabetizar adolescentes e adultos da cidade e do campo. Já na década de 1950, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), voltada para as populações do meio rural.

## **2.4 A Educação de Jovens e Adultos e a pedagogia freiriana**

As campanhas de alfabetização que aconteceram nas décadas de 1940 e 1950, reduziram o número de analfabetos no país, no entanto, não conseguiram alcançar seu objetivo inicial, que era o de erradicar o analfabetismo. Como resultado disso, os intelectuais e movimentos sociais começaram a questionar o poder público, se os métodos utilizados durante esses processos estavam de acordo com o contexto e as necessidades do país.

Foi neste cenário, que surgiu o nome de um dos maiores nomes da EJA, Paulo Freire. Em sua prática, se afastava do modelo tradicional de ensino, e partia de métodos interativos e significativos, por meio da contextualização das necessidades dos educandos. E alertava que, não apenas o analfabetismo era um problema urgente, como a miséria em que os analfabetos viviam também era um tema pertinente. Com todo esse debate em torno da alfabetização e escolarização de jovens e adultos, Juscelino Kubitschek, então Presidente da República, convocou educadores de todo o Brasil a fim de compartilharem suas experiências pedagógicas no II Congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de Janeiro (1958). É diante de todo esse debate, que se percebe a necessidade de práticas pedagógicas diferenciadas e que alcancem os objetivos propostos.

Esse evento foi um marco importante na trajetória de Paulo Freire e na história da educação brasileira, pois consolidou debates sobre a alfabetização de jovens e adultos como um direito fundamental e um meio de transformação social. As reflexões e propostas de Freire ganharam visibilidade, pois nesse encontro o educador compartilhou sua perspectiva sobre a educação e defendeu que a alfabetização deveria ir além do aprendizado de ler e escrever, promovendo uma compreensão crítica da realidade social.

Na década de 1960, o Brasil vivenciou acontecimentos na área da educação que refletem até hoje em nossa sociedade, como a crescente discussão acerca da Educação Popular e a sua importância para o desenvolvimento da sociedade. É nesse contexto que o pedagogo Paulo Freire ganha notoriedade com sua proposta inovadora em Angicos, no Rio Grande do Norte, na qual conseguiu alfabetizar trabalhadores rurais em apenas 40 horas. Essa experiência foi um sucesso e o sistema utilizado para alfabetizar essas pessoas recebeu o nome de “Método Paulo Freire” e estava

pautado na educação emancipatória, que em suas práticas pedagógicas colocava o educando como sujeito ativo em seu processo de aprendizado e, partia de palavras e conceitos que estavam interligados com as vivências dos trabalhadores, incitando a conscientização e a criticidade sobre suas condições de vida. Pois, para ele, era preciso partir da experiência do aluno e do que ele conhecia. Neste sentido, “para ser válida, toda educação, toda ação educativa deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o homem e de uma análise do meio de vida concreto do homem concreto a quem queremos educar” (Freire, 1980, p. 33-34).

A proposta de Paulo Freire para a educação se fundamentava no uso de palavras e temas geradores, escolhidos de acordo com a realidade dos educandos, utilizando-se de uma prática dialógica, crítica e libertadora, contrária a “pedagogia bancária”, que colocava o professor como detentor do conhecimento e o aluno apenas como depositário. Paulo Freire também questionava o uso das cartilhas utilizadas apenas para a obtenção da compreensão do sistema alfabético, pois se tratava de uma prática baseada em repetições, o que tornava o processo mecânico e longe do desenvolvimento de consciência dos direitos e a criticidade perante o exercício da cidadania. Seu método partia da discussão de suas experiências, utilizando palavras e temas geradores presentes no dia a dia dos alunos para estimular a alfabetização. Para Freire, o processo de alfabetização vai além de ensinar a ler e escrever, é habilitar o educando a ler o mundo e reescrever sua realidade como sujeito de sua própria história.

Paulo Freire estava comprometido com a transformação social e defendia as práticas de conscientização e emancipação das classes populares, no entanto, estas práticas eram vistas como ameaças pelos militares. Com o golpe militar de 1964, Freire foi preso e, em seguida, exilado acusado de subversão. Mesmo fora do país, o educador fez grandes contribuições para a educação, aprofundando ideias pedagógicas e conhecimentos teóricos resultando em obras como *Pedagogia do Oprimido* e *Educação como Prática da Liberdade*.

A década de 1960 também foi marcada pela ascensão de diversas campanhas e movimentos de educação popular, que buscaram ampliar o acesso à educação, promover a alfabetização e fomentar a conscientização popular. Algumas campanhas foram iniciadas com influência de Paulo Freire, e seguiram os princípios de sua abordagem pedagógica, que é centrada na conscientização, no diálogo, na

valorização do saber popular e na promoção da autonomia dos educandos. Essas campanhas tem grande impacto no que tange ao estudo sobre EJA e Educação Popular, como a campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, realizada em Natal (RN), que foi uma experiência inovadora e de baixo custo, que focava na alfabetização popular, utilizava espaços alternativos para as aulas e mobilização comunitária; O Movimento de Cultura Popular (MCP), criado em Pernambuco, contou com a colaboração de Paulo Freire; o Centro Popular de Cultura (CPC), associado a União Nacional dos Estudantes (UNE) A Campanha de Educação Popular (CEPLAR) em João Pessoa; O Programa Nacional de Alfabetização (PNA); O Movimento de Educação de Base (MEB), desenvolvido pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que fazia uso das escolas radiofônicas como estratégia para alfabetizar jovens e adultos em áreas rurais e urbanas do Brasil.

Todas essas campanhas de alfabetização e educação popular surgem a partir da concepção de que a EJA tem uma função libertadora, com o intuito de transformar os educandos em sujeitos críticos e ativos na transformação de sua própria realidade social, política e econômica. Também procuravam reconhecer e valorizar o saber e a cultura popular, considerando assim, a pessoa não alfabetizada como produtora de conhecimento, sendo esses saberes legítimos e essenciais no processo educativo.

## **2.5 A Educação de Jovens e Adultos em contexto de Ditadura Militar (1964-1985)**

Com o golpe militar ocorrido no Brasil em 1964, os programas que buscavam promover uma transformação social foram abruptamente interrompidos, acompanhados pela apreensão de materiais, prisão e exílio de seus líderes. “A repressão foi a resposta do Estado autoritário à atuação daqueles programas de educação de adultos cujas ações de natureza política contrariavam os [seus] interesses” (Haddad; Di Pierro, 2000, p.113).

Em 1967, foi instituído o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com o objetivo de erradicar o analfabetismo adulto no Brasil em apenas uma década, entretanto, partia de práticas que promoviam a alfabetização funcional, visando uma aprendizagem de técnicas de leitura, escrita e cálculo, sem se comprometer com o desenvolvimento político-social do educando. Ainda assim, este movimento se distancia das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos movimentos populares, por

se tratar de uma iniciativa limitada pela lógica autoritária e tecnocrática do regime militar.

Acrescentando a essa visão sobre o MOBRAL, Coutinho observa:

Tal movimento deixou marcas que percebemos nos dias atuais, já que criou analfabetos funcionais, ou seja, pessoas que muitas vezes aprenderam somente a assinar o nome, e que não apresentam condições de participar de atividades de leitura e escrita no contexto social em que vivem. (Coutinho, 2005, p. 13)

Apesar do MOBRAL ter alcançado uma ampla cobertura territorial e impactado milhões de pessoas, os índices de analfabetismo permaneceram altos, especialmente em regiões rurais e entre populações mais pobres. Em 1985, com o início da Nova República, o governo federal acaba com o MOBRAL e cria a Fundação EDUCAR (Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos), que foi extinta em 1990.

## **2.6 A EJA como modalidade de ensino**

Na década de 1990, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, que trouxe mudanças significativas para a educação brasileira. Nessa legislação, a Educação de Jovens e Adultos passou a ser reconhecida como uma modalidade da educação básica, abrangendo as etapas do ensino fundamental e médio. Essa inclusão foi um avanço importante, pois reafirmou o direito à educação para jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de ingressar na escola no período tido como adequado ou, devido diversos fatores, não puderam dar continuidade aos estudos. Além disso, a lei ressaltou a necessidade de uma abordagem pedagógica diferenciada, que levasse em conta as especificidades dessa população e que promovesse a inclusão e valorização das vivências desse público no processo educativo. No seu Art.37, a LDBEN trata de alguns pontos em torno da EJA.

Art. 37 - A Educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade na idade própria.

§1º - O sistema de ensino assegura gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas

as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º - O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integrantes e complementares entre si (Brasil, 1996).

Neste mesmo ano, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), destinado a reorganizar o financiamento do ensino fundamental no Brasil e priorizar a valorização do magistério. No entanto, a educação primária voltada para jovens e adultos foi excluída de tal orçamento, resultando na limitação de recursos disponíveis para essa modalidade, prejudicando a ampliação de sua oferta e a qualidade do ensino.

A Resolução CNE/CEB nº 01/2000 foi fundamental para a reconstrução e reestruturação da EJA no Brasil, pois reconhece a EJA como uma modalidade de característica própria, informa as suas funções, a formação docente para atuação nesta modalidade e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos.

Quanto as funções da EJA, elas são essenciais para o papel que essa modalidade desempenha, especialmente em relação à inclusão e promoção da justiça social. A função reparadora, visa corrigir uma lacuna educacional resultante da exclusão de uma grande parcela da população brasileira, devido à falta de oferta e manutenção do ensino para àqueles que não ingressaram na escola no período adequado ou se evadiram, acabando por não concluir os estudos. A função equalizadora, está relacionada à promoção da igualdade de oportunidades educacionais para todos, buscando reduzir as disparidades existentes entre diferentes grupos sociais. A função qualificadora, também conhecida como função permanente, está associada à garantia de que a educação para jovens e adultos seja um direito contínuo e acessível ao longo da vida.

Para que tais funções possam ser de fato executadas, necessita-se de profissionais com formação adequada para lidar com jovens e adultos que carregam consigo uma bagagem de experiências de vida. Diante disso, o parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos propõe que:

[...] o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor,

aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo (Brasil, 2000, p.56).

Para ser docente da EJA, é necessário ter qualificação adequada para desenvolver metodologias e práticas pedagógicas adaptadas, que levem em conta às características e expectativas dos estudantes, considerando suas experiências ao longo da vida e as necessidades para este público. Além disso, é fundamental que os professores favoreçam, em suas práticas pedagógicas, a participação ativa dos alunos e promova um ambiente inclusivo e com aprendizagem significativas, buscando incentivar o protagonismo e a autonomia dos alunos. Os docentes também devem conhecer as diretrizes curriculares nacionais que norteiam a EJA, assim como, as que orientam o ensino regular, para não cometer o erro de utilizar práticas alfabetizadoras voltadas para crianças com o público de jovens e adultos, assim as infantilizando e desconsiderando as especificidades e as experiências de vida desses estudantes.

Considerando que durante esse período a EJA foi fortalecida, acontece a substituição do FUNDEF (1998-2006) pelo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) que foi criado em 2007, na qual a EJA passou a ser incluída no financiamento da educação básica, corrigindo essa lacuna e a reconhecendo como parte integral do sistema educacional, apesar de que mesmo incluída ela recebe menor investimento que as demais modalidades de ensino.

### 3. FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EJA

A Educação de Jovens e Adultos, assim como as demais modalidades de ensino, requer que o professor vá além do conhecimento adquirido em sua formação inicial na licenciatura, é necessário que o docente busque uma formação continuada que contemple a realidade e as especificidades do contexto que irá atuar. Os professores que decidem trabalhar com os sujeitos da EJA, devem compreender que a realidade de sala de aula com jovens e adultos é diferente das salas de aulas regulares, portanto, não é possível aplicar as mesmas metodologias e práticas pedagógicas utilizadas com crianças e adolescentes do ensino regular. Sobre isso, Ventura (2012, p. 74) aponta que,

Raramente, as licenciaturas refletem sobre o seu fazer pedagógico contextualizado à escolarização de jovens e adultos; a maioria dos professores reproduz os moldes da escolarização de crianças e adolescentes, materializados em ações que refletem a perspectiva supletiva do currículo escolar. Como consequência, ainda hoje, um dos principais desafios que os cursos de EJA enfrentam é a superação da lógica de aceleração e a construção de um projeto pedagógico específico.

A Educação de Jovens e Adultos e suas práticas educativas têm sido objeto de estudo ao longo dos anos por diversos pesquisadores da área, como Paulo Freire e seus sucessores, entre eles Arroyo, Bernardino, Brandão e Gadotti. Esses e outros estudiosos buscaram compreender e propor práticas pedagógicas adequadas ao contexto da EJA, com foco no papel do professor em sala de aula. Contudo, ainda são poucos os estudos realizados nesse tema, em especial considerando a percepção dos professores. Por isso, é fundamental aprofundar o estudo.

A LDB enfatiza e reforça, em todo o seu texto, a característica essencial da EJA, destacando os sujeitos como portadores de múltiplos saberes, construídos em interação com seus contextos sociais e culturais. Considerando que, esses sujeitos apresentam características diversas em relação à idade, vivências sociais, culturais e profissionais, há uma grande bagagem de experiências e saberes de mundo que devem ser considerados e valorizados no momento da criação do currículo escolar.

A legislação educacional brasileira, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (DCNEJA) exige que o professor faça essa articulação, uma vez que cada turma demanda uma articulação diferente devido a diversidade dos sujeitos que compõem a EJA. Arroyo (2017) argumenta que o currículo da EJA deve envolver as necessidades específicas desse público e sua construção deve partir do diálogo e da participação ativa dos educandos, para que seus saberes e experiências de vidas sejam valorizados e incluídos durante a construção do currículo. Sendo assim, a legislação estabelece, orienta e determina que aconteça a inclusão desses saberes ao currículo. Esse é um dever do professor, que tem o papel de conhecer e compreender as particularidades de seus alunos e adaptar às realidades e necessidades específicas de seus estudantes para promover uma educação inclusiva, contextualizada e significativa. Por isso, faz-se necessário a formação adequada para que os professores possam atuar na EJA, visto que essa modalidade de ensino precisa de um olhar diferenciado, com práticas pedagógicas alinhadas às diretrizes legais e aos princípios da inclusão e da equidade.

A LDB em seu artigo 61, declara que:

A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; (Brasil, 1996, p. 42)

Com os estudos e ensinamentos de Paulo Freire, a Educação de Jovens e Adultos que antes era marcada por práticas tradicionais, autoritárias e excludentes, passa a desenvolver uma educação democrática e libertadora. Freire via o analfabetismo como uma manifestação das condições de opressão e exclusão imposta por uma estrutura social desigual, sendo necessário promover um ambiente acolhedor e aberto ao diálogo, desenvolvendo práticas pedagógicas significativas, partindo das vivências dos sujeitos da EJA. Ele defendia a educação como meio para a transformação social e argumentava que o professor precisa desenvolver uma postura crítica e reflexiva em relação ao seu papel, necessitando compreender que a educação é um ato político e que suas práticas influenciam diretamente a transformação social. Para Freire (1991, p.58),

Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática.

Diante disso, o processo de formação do professor não pode se limitar apenas à formação inicial. Cabendo a ele, uma formação contínua, na qual estará em constante formação e transformação. Para tanto, é necessário um professor que esteja aberto ao novo e inserido em uma prática reflexiva. “A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer” (Freire, 1996, p. 38). O professor planeja suas aulas considerando as necessidades e experiências dos educandos e avalia os resultados, refletindo e se atualizando sobre novas abordagens, ou seja, um processo contínuo de análise crítica e dialógica.

É fundamental que os professores que pretendem lecionar na EJA, compreendam a importância de sua formação para a efetividade e qualidade dessa modalidade de ensino. Desse modo, o professor terá que buscar formas de se manter atualizado no que tange as práticas e metodologias de ensino voltadas para a EJA, devido a formação inicial ser superficial e limitada quanto ao assunto. Como destaca Bernardino (2008).

[...] A Educação de Jovens e Adultos se configura em um importante campo da área educacional para analisar e entender os processos de fracassos e sucessos na organização de políticas de acesso à educação e de formação de professores na sociedade contemporânea (...). As defasagens em relação à formação do professor de Educação de Jovens e Adultos que ainda utiliza em sua prática educacional os mesmos métodos desenvolvidos na educação regular e as poucas pesquisas e discussões relativas à educação de adultos, tanto em relação à formação do profissional, quanto em relação à produção de conhecimentos científicos e espaços de debates dentro das academias para essa modalidade de ensino nos cursos de licenciatura, podem ser entendidas como processos que ainda dificultam uma efetiva formação de professores para trabalhar com os sujeitos da EJA.

Os sujeitos da EJA, buscam na escola uma maneira de adquirir conhecimento e transformar suas realidades. Sendo assim, a escola deve ser para esses sujeitos um poderoso instrumento de emancipação social, partindo de processos pedagógicos desenvolvidos com foco na transformação pessoal e coletiva. Nesse contexto, o

professor não pode ter um papel de mero transmissor de conhecimento, mas de um agente transformador, que valoriza os saberes prévios dos educandos e os incorpora ao processo de ensino, promovendo um ambiente de acolhimento, valorização e respeito às trajetórias de vida dos educandos. Quando o professor promove práticas pedagógicas que envolvem o diálogo, a reflexão e a participação ativa dos educandos, a educação se efetiva como um meio de emancipação, na qual dá as condições necessárias para que os educandos se tornem sujeitos autônomos, críticos e capazes de exercer seus direitos plenamente.

As concepções de educador de jovens e adultos e de sua formação terão que abrir-se à própria sociedade. A EJA nunca foi algo exclusivamente do governo ou do sistema educacional, pelo contrário, sempre se espalhou pela sociedade. A educação de jovens e adultos sempre fez parte da dinâmica da sociedade, da dinâmica mais emancipadora. A EJA se vincula muito mais aos processos de emancipação do que aos de regulação. (Arroyo, 2006, p. 19)

Para abarcar todas as exigências que o público da EJA impõe ao professor que nela atua, é imprescindível que o professor mantenha uma formação permanente, sempre se atualizando às novas metodologias e práticas de ensino. Reconhecendo que a EJA é um campo de luta contra as desigualdades sociais, a escola contribui para a inclusão social e o resgate da cidadania. A escola deve se manter flexível e adaptável às necessidades dos educandos, diante das especificidades desse público, que muitos deles chegam no ensino noturno após uma jornada diária de trabalho. O olhar sensível diante das particularidades dos sujeitos da EJA, faz com que esses sujeitos se sintam acolhidos e incentivados a se manterem estudando e buscando por melhores condições de vida.

#### **4. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO MONTEIRO DA FRANCA**

Neste tópico, partiremos das respostas obtidas através de entrevistas feitas com 02 professores, sendo uma professora do ciclo II e um professor do ciclo III e IV, que lecionam no turno noturno da Escola Municipal João Monteiro da Franca, localizada em região periférica da cidade de João Pessoa – PB. Seguiremos um diálogo entre as entrevistas e os documentos e livros relacionados à Educação de Jovens e Adultos.

##### **4.1 Um olhar reflexivo sobre as experiências docentes em EJA**

Na Escola Municipal João Monteiro da Franca há apenas uma turma de EJA voltada para os anos iniciais, que é a turma de ciclo II, na qual une alunos do ciclo I e II numa mesma turma. Há outras duas turmas de ciclo III e IV, assim totalizando 03 turmas no período noturno. A escola acolhe cerca de 70 alunos, entre jovens, adultos e idosos.

Buscando conhecer um pouco da trajetória dos professores entrevistados, algumas perguntas foram feitas relacionadas a formação dos professores, o período de experiência na EJA e o que lhes motivou a trabalhar como professor/a da EJA. A professora do ciclo II é formada em Pedagogia, Fonoaudiologia e pós-graduada em Psicologia Institucional, atua na EJA há 10 anos e seguiu carreira na EJA devido ao horário possibilitar que ela conseguisse manter um outro emprego durante o dia. O professor do ciclo III e IV é formado em Geografia, atua na EJA há 15 anos e afirma que trabalhar na EJA não foi uma escolha, ele foi posto nessa função, inicialmente na Educação de Jovens e Adultos do campo. Atualmente, ele trabalha na EJA e no sistema socioeducativo. Apesar dos professores entrevistados não terem mostrado interesse inicial em ingressar na EJA, ambos afirmam ter se encontrado nesta modalidade de ensino.

A Escola Municipal João Monteiro da Franca está situada no bairro Jardim Veneza, zona periférica de João Pessoa - PB. Diante disso, a população dessa região sofre com a violência e o tráfico de drogas, que emergem como alguns dos fatores que afetam a permanência dos estudantes na escola. Sabemos que a evasão escolar

é um problema significativo na EJA, sendo atribuído a diversos fatores, sejam eles a jornada de trabalho exaustiva, a rotina como dona de casa e os cuidados com os filhos e a violência e segurança precária à noite, é essencial desenvolver metodologias e práticas pedagógicas pensadas especialmente para esse público, a fim de motivarem os educandos a se manterem na escola. Pensando nisso, os professores foram indagados sobre quais metodologias ou estratégias de ensino utilizam para engajar seus alunos.

“Por serem adultos, a gente tem que ter todo um cuidado e tê-los ao nosso lado, é muito importante para que o problema da evasão não aumente, porque é o maior problema do turno da noite é a evasão. Então eu faço bingo, eu faço receita e trago para eles, eu faço uma aula diferente usando os Chrome books que tem na escola, embora eles não gostem quando trago algo diferente. A princípio dizem que não é aula, mas aos pouquinhos vão se adaptando. Também trago slides e eles dizem estão com sono, mas tudo isso acaba eles querendo vir para a escola. No início eles fazem aquelas caras, mas quando acaba a aula eles dizem o quanto foi bom.” (PROFESSORA DO CICLO II)

“Na EJA tem que ter assiduidade, se o professor vir, pode fazer o que for, pode fazer uma tarefa de quadro e eles vão fazer. Tendo professor, a prefeitura garantindo a presença dos professores, a gente sempre vai ter aluno, eles gostam de vir. Mas também tem estratégia que tem que ser diferente, que a gente usa para poder alcançar os alunos, como as músicas que os jovens e os idosos escutam. A linguagem deles para conseguir alcançar eles. A avaliação tem que flexibilizar bastante, porque a avaliação se for tradicional ela afasta.” (PROFESSOR DO CICLO III E IV)

Diante das falas, podemos perceber a importância de conhecer o perfil de seus alunos, suas experiências de vida, suas necessidades mais urgentes e os objetivos que os motivaram ao ingressar novamente na escola. Cabendo ao professor buscar estratégias que incentivem os alunos a permanecerem na escola e lutarem para alcançar seus objetivos. Sempre pensando nesses alunos como produtores de conhecimento e cheios de vivências para compartilhar. Pois os sujeitos da EJA são alunos e alunas que:

[...] trazem consigo uma visão de mundo influenciada por seus traços culturais de origem e por sua vivência social, familiar e profissional. Podemos dizer que eles trazem uma noção de mundo mais relacionada ao ver e ao fazer, uma visão de mundo apoiada numa adesão espontânea e imediata às coisas que vê. Ao escolher o caminho da escola, a interrogação passa a acompanhar o ver desse aluno, deixando-o preparado para

olhar. Aberto à aprendizagem, eles vêm para a sala de aula com um olhar que é, por um lado, um olhar receptivo, sensível, e, por outro, é um olhar ativo: olhar curioso, explorador, olhar que investiga, olhar que pensa (Brasil, 2006).

Em outro momento durante a entrevista, a professora do ciclo II fala sobre o processo de ensino e aprendizagem, relatando a troca de conhecimentos que ocorre em sala de aula entre ela e seus alunos, devido à grande bagagem de experiências que os sujeitos da EJA carregam.

“E a gente enquanto professor aprende muito com eles. Eu digo para eles que é uma troca, aqui eu venho trazer um pouquinho do que eu sei, que é o que eles não sabem, e eles trazem muita coisa para mim que eu não sei, porque eles têm uma experiência de vida muito grande e muito diferente da minha realidade.”

Seguindo para a próxima questão, buscou-se entender como os professores lidam com a heterogeneidade das turmas em termos de idade, vivências e níveis de aprendizagem.

“A questão da idade, por enquanto não tive problema, pelo contrário, eu acho fantástico, porque os novos aprendem com os senhores, porque eles ficam dando bronca. (...) E os novos também se solidarizam com os mais idosos e vão ajudar. Então com relação a idade, eu acho fantástico essa troca, porque os mais novos de 30 anos que tem mais facilidade em tecnologia que os mais idosos não têm, já vai ajudar mesmo que tenha a mesma limitação de leitura, mas quando é na tecnologia ele vai ajudar. Quando é na matemática, os idosos já dão um show nos mais novos, né!? Em cálculo mental. Então é uma troca fantástica. As atividades são diferenciadas sim, as vezes eu “parto” o quadro no meio, atividade para um e atividade para outro, atividades impressas também a gente faz diferente, quando é uma leitura geral, aí faz a leitura coletiva e na hora de fazer a atividade em si, eu mudo. Já a matemática, poucas vezes eu faço diferente, porque eles têm o raciocínio muito rápido.”  
(PROFESSORA DO CICLO II)

“É complicado, tem que saber gerir conflitos, porque eles ocorrem mesmo entre as gerações. Aí a pessoa tem que saber dançar, porque tem que agradar a todo mundo, uma semana você traz uma música dos jovens, na outra semana traz uma música dos idosos e assim você vai tentando agradar aos gregos e troianos e, também fazendo com que eles se respeitem, porque a gente aproveita o momento que os diferentes estão juntos para aprender a conviver com eles. Aproveita aquele momento também para poder dar a aula, a partir daquela vivência que a gente vive na sala, porque muitas vezes surge o preconceito, aí a gente tem que trabalhar, aproveitar a

oportunidade para trabalhar (o tema).” (PROFESSOR DO CICLO III E IV)

Os professores que atuam na EJA lidam com uma diversidade de sujeitos, que pensam e agem de maneiras diferentes e tem suas próprias convicções. Portanto, é fundamental saber lidar com essa diversidade, buscando atender às necessidades dos alunos, assim como, é essencial sempre analisar de maneira reflexiva o seu fazer pedagógico. Como afirma Alarcão (2004, p.41) “a noção de professor reflexivo baseia-se na consciência da capacidade de pensamento e reflexão que caracteriza o ser humano como criativo e não como mero reprodutor de ideias e práticas que lhe são exteriores”.

Seguindo adiante, averiguamos os principais desafios enfrentados pelos docentes que trabalham na EJA.

“Um dos maiores desafios é isso, das pessoas entenderem a modalidade EJA e porque nós estamos aqui. A gente não vem aqui somente passar umas horinhas não, e as pessoas até acham isso, né!? Mas não é! É um público diferenciado, que a gente tem que fazer coisa diferenciada sim! Mas é um público especial, porque são pessoas que passaram do tempo de serem alfabetizadas, pessoas que passaram do tempo de escolarização normal. Então a gente precisa sim ter um olhar diferente para isso, porque são pessoas que precisam ter um voto consciente, são pessoas que precisam ter a sua vida sozinhas, no sentido de ‘eu vou ali e vou conseguir resolver, o médico vai passar uma receita para mim e eu vou conseguir entender o que ele prescreveu’. Quanto aos adolescentes, precisam arrumar um trabalho melhor, então para isso precisam concluir os estudos. Então eu acho que o maior problema da EJA é esse, é um público esquecido.” (PROFESSORA DO CICLO II)

“Falta de tempo para planejamento, muitos professores têm dois vínculos, trabalham em outras escolas. A falta de material didático, não tem livro didático para a EJA, o último que a gente recebeu foi de 2014 para 2016, foi de 2014 e valia até 2016, faz 10 anos que a gente não recebe um livro didático, porque não tem para a EJA. Tem essas questões de não ter tanta atenção, não ter uma verba, não ter envolvimento, políticas públicas mais eficazes para poder ajudar a EJA.” (PROFESSOR DO CICLO III E IV)

Um ponto que aparece em comum acordo nos depoimentos dos professores entrevistados é o fato da EJA ser uma modalidade muitas vezes esquecida ou negligenciada dentro das políticas públicas e do próprio sistema educacional. A EJA tem pouca visibilidade e valorização, recebendo menos atenção que outras etapas da

educação. A precariedade de infraestrutura, materiais didáticos e a falta de formação específica para professores reforçam a desvalorização dessa modalidade.

Quanto aos materiais didáticos que são disponibilizados, muitas vezes são os mesmos para as crianças em processo de alfabetização, não cabendo aos jovens, adultos e idosos. Diante disso, o professor precisa adaptar esses materiais e buscar novos meios para a obtenção da aprendizagem dos educandos, organizando atividades e avaliações destinadas a atenderem as peculiaridades dos sujeitos da EJA. A EJA tem como centro o educando, portanto, deve ser pensada e organizada, desde o acolhimento por parte do quadro de funcionários da instituição até os materiais didáticos oferecidos para conseguir alcançar esses sujeitos e incentivá-los a trilhar seu caminho dentro das instituições de ensino.

Ainda sobre os desafios enfrentados em salas de EJA, a professora do ciclo II destaca que,

“Um problema muito forte é a evasão. A maioria dos alunos que vem, depois que recebe a carteirinha de estudante, ainda tem essa cultura, eles vão embora. Então por isso que a gente tem que ter jogo de cintura, ter esse aluno com a gente, mesmo que ele venha com essa intenção, mas que quando chegue aqui ele pense ‘não, eu posso ficar até o fim’. (...) Outro ponto que a gente sofre aqui na escola, é com a violência dos adolescentes, porque acabam vindo para escola achando, confundindo e gerando alguns conflitos.”

Como tratado anteriormente, a EJA é marcada pelo alto índice de evasão escolar, que está associada a diversos fatores. As escolas geralmente flexibilizam horários e formatos de ensino para se adequar às realidades dos alunos. Por isso, é tão necessário esse “jogo de cintura” por parte dos professores e da gestão escolar, sempre pensando e organizando um ambiente que desenvolva nos alunos a sensação de pertencimento.

Na próxima questão, o foco é saber se existe apoio pedagógico ou formação continuada suficiente para os professores da EJA na instituição de ensino a qual pertencem.

“Apoio pedagógico, hoje com esse novo programa (Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação de Jovens e Adultos), nós temos os coordenadores de EJA, que dá um suporte para a gente. Quanto a formação continuada, a rede da prefeitura tem a formação continuada, que a gente faz todo

ano, uma vez ao ano. Hoje é muito válida, porque está sendo direcionada, a gente está começando a ganhar nosso espaço. Porque antes a gente tinha formação geral e hoje a gente está indo para a formação direcionada para a EJA” (PROFESSORA DO CICLO II)

“Apoio pedagógico tem, a gente tem a coordenação pedagógica e tem a equipe multiprofissional aqui na escola. Temos a educação continuada pela prefeitura, esse ano está sendo presencial, mas ela acontece online também e as vezes semipresencial, mas tem e já começou. (PROFESSOR DO CICLO III E IV)

Ao ser questionado se acha suficiente a formação continuada oferecida pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, o professor do ciclo III e IV afirma que não e explica que para ele,

“A formação tem que ter um foco maior, um desenvolvimento de metodologias da EJA, tem que ter algo centrado, não pode ser uma coisa assim vaga, com grandes debates, não é hora de grande debate, é formação específica para a gente trabalhar na EJA. Assim, tem a formação, ela é valiosa, mas eu não acho que seja suficiente.”

É perceptível na fala do entrevistado, o anseio por aprender mais sobre metodologias e práticas pedagógicas que norteiem seu trabalho dentro da EJA, pois a formação inicial não dá conta de realizar um estudo aprofundado sobre a EJA. Diante desse cenário, muitos professores vão atuar nas salas de EJA despreparados, utilizando as mesmas metodologias e recursos didáticos usados para o ensino regular, afinal não compreendem que o público da EJA tem suas especificidades e necessitam de práticas diferenciadas. A formação continuada é de extrema importância para suprir os déficits deixados pela formação inicial e que podem afetar negativamente os educandos da EJA, sendo mais um ponto que pode ocasionar a evasão escolar, o despreparo do professor. Considerando isso, a formação continuada beneficia os professores, e contribui para a qualidade de ensino ofertada aos estudantes.

O professor desempenha um papel crucial na EJA, sendo ele um mediador, motivador e facilitador do processo de aprendizagem. O professor não pode ser o detentor do conhecimento e apenas o transferi-lo, é necessário que em sua prática docente, o professor resgate vivências de vida dos educandos e transforme em base para o processo educativo.

[...] Agente Facilitador e de informação de um processo que acontece e vai acontecendo na medida em que todos se envolvem com a construção de um contexto imaginário e dialógico de criação de um saber cultural vivenciado enquanto momento de cultura do grupo de alfabetizando. (Brandão, 2003, p. 223);

Para concluirmos o roteiro de entrevista, buscamos entender como os docentes avaliam a importância da EJA para a sociedade e para a formação dos seus alunos.

“É vital a EJA, no sentido social e na questão da aprendizagem também. (...) Um adulto quando começa a ler e resolver suas próprias coisas, ele fica encantado. É isso que ele quer para a vida dele. Como é que ele vai ajudar seu filho em casa? Como é que ele vai resolver seus problemas? Então é vital a EJA. Mas é preciso que as pessoas que trabalham na EJA tenham esse olhar, que não seja somente uma complementação de carga horária. Que veja o aluno como um ser importante e que merece respeito. Porque eu acho que, no momento em que você chega e você não dá o seu melhor na sala de aula para aquele aluno que passou o dia trabalhando e está cansado, você está faltando respeito com ele, porque ele também passou o dia inteiro trabalhando e está aqui. Então por que eu vou chegar aqui e vou fazer as coisas de todo jeito?” (PROFESSORA DO CICLO II)

“A Educação de Jovens e Adultos ela cumpre um papel de reparar historicamente o que foi feito com as pessoas excluídas nas populações negras, nas populações periféricas que não puderam frequentar a escola. É importante nesse sentido, de reparar uma história, cumprir essa missão. E ela é importante para a comunidade, no sentido de fortalecer os vínculos da comunidade. É muito importante ter uma escola com a EJA funcionando, dá vida a comunidade. (PROFESSOR DO CICLO III E IV)”

É nesses relatos que podemos perceber o quanto a Educação de Jovens e Adultos se faz importante na vida dos estudantes que nela estão inseridos. Que apesar de todos os desafios enfrentados pelos docentes, eles percebem na EJA um meio para transformar as realidades de seus alunos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho reforça a importância da Educação de Jovens e Adultos para uma grande parcela da população brasileira que não teve a oportunidade de ingressar na escola no período estabelecido como adequado ou se evadiu devido a fatores diversos. A análise histórica realizada permite compreender a trajetória dessa modalidade que é marcada pela exclusão e luta pelo acesso à educação. Tendo evoluído ao longo do tempo, deixando de ter um caráter assistencialista e passando a ser um direito fundamental, reconhecido pela legislação brasileira.

Quanto a formação dos professores, esse é um elemento fundamental para o sucesso dessa modalidade de ensino. Cabendo ao professor, manter uma formação permanente, sempre se atualizando sobre as novas metodologias e práticas pedagógicas que possam contribuir com o processo de aprendizagem de seus alunos. Também é dever do professor, conhecer o perfil dos seus alunos e articular as particularidades da turma ao currículo da instituição escolar para que atenda às necessidades observadas.

Partindo disso, observamos que a formação inicial não dá conta de desenvolver as especificidades necessárias que os professores da EJA necessitam, ocasionando em professores que chegam às salas de aula despreparados e reproduzindo a mesmas práticas utilizadas no ensino regular. É essencial que as políticas públicas e as instituições de ensino invistam na qualificação desses profissionais, visando desenvolver práticas pedagógicas que valorizam as histórias de vida dos educandos.

Por fim, os relatos dos professores entrevistados contribuíram para a reflexão sobre os desafios que os docentes da EJA enfrentam ao lidar com uma diversidade de sujeitos. Além de, deixar claro a necessidade de um olhar mais sensível para este público que tem histórias de vidas marcadas por exclusão. Durante as entrevistas, pudemos perceber o compromisso que esses profissionais têm, adaptando suas práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas dos alunos, desenvolvendo um ambiente inclusivo e acolhedor. Isso é muito valioso, pois apesar das adversidades enfrentadas pelos sujeitos da EJA, todos compartilham o desejo de aprender, melhorar suas condições de vida e exercer plenamente sua cidadania.

Concluimos que, este trabalho permitiu não apenas compreender a relevância histórica e social da EJA, mas também os desafios enfrentados pelos professores e a necessidade de uma formação específica para os docentes que pretendem atuar

nessa modalidade de ensino. Reconhecendo a contribuição de Paulo Freire para o desenvolvimento do modelo de educação libertadora, fundamentada no diálogo e no respeito aos saberes e experiências dos educandos.

## BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, I. **Escola reflexiva e supervisão: uma escola em desenvolvimento e aprendizagem**. Porto Alegre: Porto, 2004.

ARROYO, M. **Os Desafios de Construção de Políticas para a Educação do Campo**. In: Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Educação do Campo: Cadernos Temáticos, Curitiba: SEED, 2005.

ARROYO, M. G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BERNARDINO, A. J. **Exigências na formação dos professores de EJA**. VII Seminário de pesquisa em educação da Região Sul. ANPEDSUL, Univali, Itajaí/SC. 23 a 25 de jun, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos: a experiência da partilha através da pesquisa na educação**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Carlos Roberto Jamil Cury (relator). **Parecer CEB 11/2000 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: 2000.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo escolar da educação de jovens e adultos**, 2006. Brasília: Ministério da Educação e Cultura.

BRASIL. Ministério da Educação. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 20 dez. 1996.

COUTINHO, Ana Carolina F. **Práticas e eventos de letramento de jovens e adultos. Um estudo com porteiros em Maceió**. 2005. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2005.

EL Silva, EM MENEZES. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação** 3 (2), 19-23, 2005. 32, 2005.

HADDAD, Sérgio. **Ensino Supletivo no Brasil: o estado da arte**. Brasília: INEP, 1987.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 108-130, 2000.

FERRARO, Alceu Ravanello. **Analfabetismo no Brasil: desconceitos e políticas de exclusão**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 111-126, jan./jun. 2004.

FERREIRA, Marieta Moraes. AMADO, Janaína. **Usos & Abusos da História Oral**. Janeiro: Editora FGV. 8. ed. Rio de Janeiro, 2006.

FREIRE, P. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Trad. De Kátia de Melo e Silva. 3 ed., São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Um legado de esperança**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Atlas, 2008

NASCIMENTO, Maria. Faculdade de Educação – UNICAMP. **O império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional (1822-1889). Império - (1822 - 1889). Períodos. História, Sociedade e Educação no Brasil - HISTEDBR.**

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores**: identidade e saberes da docência. In: \_\_\_\_\_. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A história das ideias de Paulo Freire e atual crise de paradigmas**. João Pessoa/PB: Ed. Universitária/UFPB, 2003.

VENTURA, J. **A EJA e os desafios da formação docente nas licenciaturas**. Rev. Educ. e Contemp., Salvador, v. 21, n. 37, 2012, p. 71-82.

## ANEXOS

### ENTREVISTA SOBRE NOTAS E REFLEXÕES SOBRE A DOCÊNCIA EM TURMAS DE EJA.

Saudações.

Apresentação da temática do Projeto.

- 1.1 Nome; idade; formação; quanto tempo de experiência na EJA. (dados pessoais não serão divulgados)
- 1.2 O que lhe motivou a trabalhar como professor/a de EJA? Quais suas impressões?
- 1.3 Quais são as principais diferenças que você percebe ao lecionar para estudantes da EJA em comparação com outras modalidades?
- 1.4 Como você descreve o perfil predominante dos seus alunos (idade, interesses, ocupações, etc.)?
- 1.5 Há algum caso marcante de aprendizado ou superação entre seus alunos que você gostaria de compartilhar?
- 1.6 Quais metodologias ou estratégias de ensino você utiliza para engajar os alunos da EJA?
- 1.7 Como você lida com a heterogeneidade das turmas em termos de idade, vivências e níveis de aprendizagem?
- 1.8 Quais são os principais desafios que você enfrenta como docente na EJA?
- 1.9 Existe apoio pedagógico ou formação continuada suficiente para os professores da EJA na sua instituição?
- 1.10 Quais barreiras estruturais ou institucionais você identifica no trabalho com a EJA (recursos, infraestrutura, carga horária, etc.)?
- 1.11 Como você avalia a importância da EJA para a sociedade e para a formação dos seus alunos?
- 1.12 Quais principais desafios encontrados? Como você lida com os desafios?